

REVISTA HISTORAR

Priscilla Régis Cunha de Queiroz.

Mestre em História Social, Professora do Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Cariri - UFCA.

A DINÂMICA URBANA DA PRODUÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM FORTALEZA, NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Resumo

O objetivo do presente trabalho é perceber a circulação de trabalhadores e consumidores de alimentos que atuavam dentro do perímetro urbano da capital cearense e demonstrar a existência de uma dinâmica urbana específica promovida pela ação desses sujeitos em um contexto de transformações na Fortaleza do final do século XIX.

Palavras-chave: Trabalhadores; cidade; comércio.

Abstract

The objective of this study is to observe the movement of workers and food consumers who worked within the city of Fortaleza and demonstrate the existence of a urban dynamic promoted by the action of these subjects in context of the changes in Fortaleza at the end of the century XIX.

Keywords: workers; city; commerce.

Como argumenta o historiador Carlos Fico, o abastecimento alimentar é uma das questões centrais para a vida nas cidades e para a própria sobrevivência dos trabalhadores, e, por isso, os problemas relacionados ao assunto surgem como itens constantes das “pautas” de reivindicações, bem como deflagram reações dos diversos setores sociais.¹

Preocupando-se com a análise das manifestações sociais, no Rio de Janeiro, relacionadas com o abastecimento da cidade nas últimas décadas do século XIX e início do XX, o historiador afirma que, no Brasil, o período entre 1890 a 1906 caracterizou-se pela ausência de intervenção sistemática do governo no abastecimento e, ainda, por um estágio incipiente do sistema em si. O autor também observou um segundo momento, 1890 a 1917, marcado pelo início da intervenção estatal não regular, quando houve propostas mais complexas para o abastecimento urbano.²

Nesses períodos, foi possível perceber diversos problemas de carestia no país, atingindo mesmo as localidades de maior comércio. A ocorrência das crises de carestia era notória, segundo o historiador Artur Renda Vitorino e as razões das crises variaram de província para província. No Mato Grosso, a carestia se dava, não somente por conta da diminuição da produção agrícola, mas sim por conta do aumento populacional e redirecionamento da produção durante a virada do século XIX para o XX, quando, depois de ampliada a navegação do Rio Paraguai, muitos criadores de gado passaram a charquear as rezes e enviar a carne salgada para suprir a Corte.

Em Minas, os fatores apontados pelo pesquisador envolvem chuvas irregulares, desvio de braços da lavoura (principalmente, para obras públicas) alta do preço da carne de porco e de vaca, além do crescimento populacional. No que diz respeito às províncias do sul, o aumento no custo dos transportes era fator preponderante para a elevação dos preços, além da pouca cultura de subsistência, situação favorecida pelo interesse no cultivo do café.³

No século XIX, nas grandes cidades, de forma geral, a alimentação básica da população pobre consistia no consumo do pão, do toucinho, da carne-seca, do peixe, do feijão

¹ FICO, Carlos. **Cidade Capital. Abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro (1890-1945)**. Dissertação de Mestrado, em História, apresentada na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1989. P. 21. Os objetivos do autor passavam ainda pela “avaliação dos graus de consciência, organização e mobilização dos trabalhadores, através das manifestações sociais, utilizando a questão concreta do abastecimento como instrumento de aferição do nível de aprimoramento político dos movimentos sociais, sem considerar, precipuamente, os aspectos político-partidários e ideológicos, já estudados, à exaustão, por uma vasta bibliografia.” p. 22. Seu estudo enfoca um momento específico da historiografia brasileira, quando as análises concentravam-se em um aporte marxista, porém, de forma a executar estudos mais abertos e abrangentes da vida dos sujeitos históricos, em que se percebe a influência de historiadores como Edvard Palmer Thompson, entre outros.

² Idem, 1989, p.21.

³ VITORINO, José Renda. **Cercamento à brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na corte das décadas de 1850 a 1880**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2002. P. 72-73.

e da farinha de mandioca, artigos que, mesmo diante das variações regionais de dieta, permaneciam nos cardápios, país afora. Nesse período, os gastos com alimentação absorviam uma parcela bem maior de renda dos trabalhadores do que os gastos com moradia. Apesar de a comida ser pouco variada e, frequentemente, estragada ou adulterada, o principal problema enfrentado era o preço.⁴

Durante a segunda metade do século XIX, os preços tenderam a subir mais rapidamente do que nas primeiras décadas do século XX e a variar mais amplamente em períodos curtos de tempo. É possível apontar a expansão da agricultura comercial como fator preponderante para a elevação no preço dos alimentos.⁵

As crises de carestia, nos primeiros anos da República recém-proclamada, no Brasil, eram frequentes, e entre os anos de 1903 e 1913, verificou-se um período que “incorporou a propaganda oficial que espelhava o esforço para superar as crises de desvalorização das exportações e a necessidade de emissões para equilibrar as finanças do Estado”.⁶

Diversos gêneros alimentícios constaram na lista de produtos exportados do Brasil, segundo os autores, demonstrando que a conjuntura permitiu o desvio de parte da produção, anteriormente dedicada somente ao consumo interno, o que resultou no aumento de preços e no desaparecimento da oferta de alguns produtos.⁷

Em Fortaleza, no final do século XIX, as reclamações da população envolviam a disponibilidade de gêneros e seu alto custo. As despesas diárias dos moradores da cidade eram altas, os artigos básicos de sobrevivência e alimentação apresentavam-se no mercado a altos preços, sendo, diversas vezes, motivos de reclamação na imprensa, sobretudo, da classe trabalhadora mais pobre. Dieta, moradia e vestuários inadequados, bem como as longas jornadas de trabalho exaustivo, tornavam os trabalhadores urbanos mais suscetíveis do que os membros da elite às doenças no Brasil, do século XIX.⁸ Em 1882, até mesmo a Câmara Municipal de Fortaleza pediu, por meio de ofício, providências e alternativas à Presidência da Província acerca do “elevado preço da carne verde”, sobretudo, diante “dos reclames da imprensa”.⁹

⁴ HAHNER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1970**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993. P. 44.

⁵ Cf. HAHNER, 1993. *Ibidem*, p. 44-45.

⁶ Entre os anos de 1900 a 1920, a emissão do tesouro nacional saltou de 669.631 para 1.848.297 contos de réis, causando a desvalorização dos salários e a pressão na Câmara de Deputados relacionada à emissão e a carestia de alimentos. Outro fator apontado foi o aumento das exportações brasileiras, logo após o início da Grande Guerra e também a impossibilidade de exportar alguns gêneros. LINHARES, Maria Yedda Leite & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História política do abastecimento (1918-1974)**. Brasília: Binagri. 1979. P. 26.

⁷ *Idem*, 1979 p. 30.

⁸ HAHNER, June E. *Ibidem*, P. 45-46.

⁹ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) - Ofício da Câmara Municipal de Fortaleza, 6 de fevereiro de

Os problemas dos trabalhadores passavam pelas dificuldades em manter uma dieta diária suficiente para toda a família. Nesse sentido, um dos caminhos a seguir era a produção em escala de subsistência realizada nos próprios quintais para abastecer a casa de gêneros básicos como verduras, ovos e carne de frango e peixe.

No Ceará, segundo os dados expostos no Almanaque Administrativo para o ano de 1899, nos 62 municípios do estado, existiam 7.231 sítios de cana, 3.654 fazendas de café e 792 engenhos. Chama atenção a quantidade de roçados, nomenclatura aplicada a porções pequenas de terra, em um total que chegava a cem mil, número que pode apontar para a persistência das pequenas culturas voltadas para o consumo em pequena escala. Trabalhando nessas lavouras havia mais de cem mil agricultores, esses eram os principais produtores dos gêneros que abasteciam o Ceará¹⁰.

No que diz respeito à existência desse tipo de ocupação relacionada com a produção de alimentos em Fortaleza, baseamo-nos em dados presentes no Arrolamento da Cidade de Fortaleza, documento organizado pelo chefe de polícia Olympio Manuel Vital em 1887. Entre os mais diversos sujeitos descritos como moradores da cidade, encontramos, por exemplo, ferreiros, sapateiros, lavadeiras e empregados no serviço doméstico. Entre estas e muitas outras categorias profissionais, identificamos lavradores, agricultores, pescadores, vaqueiros e um criador.

Assim as possibilidades de produção de alimentos realizada em menor escala, dentro do perímetro urbano da capital cearense e em seus arredores por lavradores, agricultores e pescadores, demonstram que parte do abastecimento de alimentos da capital era viabilizada pela permanência da atividade destes trabalhadores. O peixe, por exemplo, era importante na dieta da cidade e a venda do pescado acontecia por toda parte, no mercado, na beira da praia e na rua, “comprado e viscerado à beira da calçada, a vizinhança sabendo que íamos comer cavala”, como informa o memorialista Eduardo Campos.¹¹

Esses trabalhadores, entre tantos outros deixados de fora pelo censo, eram responsáveis por uma contribuição relevante para o abastecimento da cidade, imprimindo um jeito próprio de lidar com as transformações urbanas, inserindo-se, através de práticas tidas como rurais, na vivência urbana da capital cearense.

Os sujeitos identificados como pescadores e jangadeiros tinham moradia situada, principalmente, na Rua da Praia e na Rua da Lagoinha. A faixa etária média era de 50 a 60

1882.

¹⁰ Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP) - Almanques Administrativo, Estatístico, Mercantil e Industrial do estado do Ceará para o ano de 1899.

¹¹ CAMPOS, Eduardo. **O inquilino do Passado. Memória urbana e artigos de afeição**. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1998. Coleção Alagadiço Novo. Fortaleza. P. 32

anos, somando, de acordo com o Arrolamento, um total de dez trabalhadores, todos casados, tendo que, a partir do seu trabalho, compor a renda doméstica. O principal alimento dessas famílias era, de certo, o peixe, artigo bastante apreciado no Estado do Ceará e também na Capital. Como afirma Eduardo Campos, lembrando seus tempos de menino na Fortaleza do início do século XX, o cardápio das famílias na capital ia de carne a peixe¹².

Os cursos d'água, nas proximidades da capital, eram muitos. Segundo Eduardo Campos, no Cocó, por exemplo, predominava a piraima, espécie de tainha muito procurada. “As piabas eram fartas, crescidas de três polegadas. Tinha-se mais o jacundá, a traíra,... valendo mencionar-se o baiacu, peixe pequeno e de artes malignas”.¹³ Como aponta Gandara (2010, p. 19), os rios não podem ser tomados como simples “suportes físicos”, o rio é paisagem. Um lugar onde as pessoas se conectam com os mistérios da natureza, “a categoria rio representa um sistema, indicador da situação espacial, concebido com base nas relações entre natureza e pessoas. Eles têm história”.

Nesse sentido, a partir de relatos como este, percebemos os rios que cruzam e cruzaram a Fortaleza no período abordado como parte integrante da paisagem da cidade, mas, sobretudo, buscamos entendê-los como elemento integrante da vida e do trabalho dos sujeitos que deles tiravam seu sustento e também seus momentos de lazer e prazer.

Sobre a pescaria e a disponibilidade de peixes, escreveu José Pinheiro em artigo para o Instituto Histórico do Ceará. O autor relata que, no final do século XIX, 1895, o Rio Juá que passava por Soure: “alimentava enorme quantidade de peixes: a trahira, o cará, o cangaty, pescavam-se aos montes.” E, com pesar, o autor informa que a pretexto de ter o lago invadido alguns sítios, desfizeram-se do rio, uma “grande obra que a natureza espontaneamente oferecera à laboriosa população de Soure”.¹⁴

Desde então o local ocupado pelo reservatório tornou-se também o sítio da desolação e da tristeza: a passarada retirou-se e não mais trouxeram o ar com seu trinar delicioso; o gado e os outros animais procuraram outras pastagens; o caçador não saciou mais a fome dos seus filhos e nem o pescador conseguiu deitar as suas redes; acabaram-se as frutas, seccaram as platâneas e tudo ali agora é tristeza, é desolação.¹⁵

Também o lago do Cauhipe é indicado como de “uma fertilidade espantosa”, pois, em suas margens cultivavam-se alimentos diversos que “alimentava fartamente todos os habitantes do município de legumes, peixes e frutas que faziam também grande comércio

¹² CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza Provincial**. Fortaleza: 1988. P. 42.

¹³ *Ibidem*, p. 43.

¹⁴ Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, de 1902. P.24.

¹⁵ Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, de 1902, P. 85.

de exportação”; trabalho de cultivo que alavancou uma produção de alimentos no seio da urbanidade, segundo o autor, sua produção “zombava, portanto, das secas”. José Pinheiro continua:

Era invencível a abundancia de peixes de varias espécies: saborosas curimatã (da família dos salmões), o piau, a trahira, o cará, o cangaty, etc.; como também as plantações de mandiocas e das cucarbitaceas; melões, abobaras, melancias. Suas margens podiam (no tempo das vasantes) ser aproveitadas vantajosamente para diversas espécies de lavoura.¹⁶

O cultivo dessas lavouras, mencionadas por Pinheiro, era realizado em Fortaleza e em suas áreas circunvizinhas por um grupo de trabalhadores que somavam, segundo o Arrolamento, noventa e três homens identificados como lavradores e agricultores, a maioria, 49 sujeitos, entre 20 e 40 anos. Suas residências situavam-se, em maior número, na Estrada do Cocó e no Arraial da Aldeota, localidades que rodeavam a área mais central da cidade. No entanto, também ocupavam habitações na Rua da Glória, Rua Senador Pompeu e Rua Formosa. Um desses lavradores era Manuel dos Santos, 42 anos, que dividia uma casa na Boulevard Visconde do Rio Branco com sua mulher, Josepha Carlos de Sampaio, 52 anos, e os filhos Tertuliano de 20 anos, João de 10 anos e Antonio de 11 anos; família numerosa, possivelmente, dividiam as responsabilidades da casa entre todos e, quem sabe, assim como no costume do campo, o núcleo familiar se revezava nas atividades da lavoura. Por meio do trabalho, eles e tantos outros viabilizaram uma produção local diariamente, seu excedente era empregado na venda local e no sustento das famílias.

No caso dos muitos migrantes, do interior do estado, estabelecidos na capital cearense, o uso dos saberes do trato adquiridos no trabalho nas fazendas e sítios era, decerto, remanejado para as condições urbanas, onde continuavam exercendo seu ofício na nova realidade vivida. Havia também aqueles que, através de muitas gerações, exerciam essa função de produtores de alimentos na cidade, fazendo-a passar de pai para filho, como é possível imaginar a partir, por exemplo, da idade média dos pescadores moradores da cidade, como já mencionado, a maioria tinha entre 50 e 60 anos. Assim, os saberes necessários para a cultura dos gêneros circulavam ao longo do tempo, assumindo novos contornos, sobretudo, diante de regulamentações da cidade.

Com as novas regras estabelecidas, ao longo dos anos, o trabalhador não podia agir livremente na cidade, sendo necessário reinventar seus saberes e práticas, anteriormente baseadas nos costumes, no espaço e as relações sociais comuns às experiências no campo.

¹⁶ Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, de 1902, P. 85.

Agora, lavradores e agricultores que viviam e trabalhavam na cidade precisavam estabelecer negociações cotidianas com os agentes da fiscalização, baseados nos parâmetros da legislação implementada pelos poderes públicos. A infração das leis e dos códigos de postura concorreria para a apreensão da produção e multa. Os novos saberes precisavam passar pela adequação da vida na cidade, influenciando, inclusive, em um nível domiciliar.

A vivência rural começa em casa. Estando localizadas no perímetro central ou nos arrabaldes da cidade, as residências continham, em seus espaços, os traços da vida campestre. Eduardo Campos, ao comentar a vida em Fortaleza, no início do século XX, deixou claras as preocupações dos moradores relacionadas ao modo de vida que pretendiam ter na cidade. Quem iria alugar uma casa logo queria saber: “Tem quintal grande?”:

Em geral havia, e com razoável espaço para o situamento de inevitável galinheiro. Dona de casa tinha de ser também “criadeira” de galinha – desse modo mencionado. Melhor dizer: de galinhas. Há de ser assim no plural, as todas penosas criadas sob mil cuidados e padreadas por imponente galo, capaz de dar conta de pelo menos vinte consortes. [...] Não se queria galinha preta. Dava azar. Preferidas por então as carijós boas poedeiras, indicadas para melhorar a raça (e tinham?) da pé-duro. Por esses dias ainda se podia ver, vendidas pelas ruas, as aves atadas pelos pés e mantidas dependuradas, malvadeza corrigida depois por postura municipal. Daí por diante, quem vendesse galinha havia de carregá-la em “capoeiras”, armações improvisadas com varas de mameleiros e cipós entrançados – prisão e transporte a um só tempo.¹⁷

As memórias de Campos trazem muito da vivência da cidade, no início do século, referindo-se, diversas vezes, a insistência desses modos de vida que permeavam a cidade. No início do século XX, até a década de 1940, há permanência de práticas rurais no âmbito citadino que, por que não argumentar, ainda hoje, início do século XXI, a presença, como por exemplo, de pequenas criações de fundo de quintal, algumas levadas a diante para consumo próprio, mas, muitas vezes, divididas entre os vizinhos.¹⁸

Como nos conta Campos, a pequena produção doméstica corroborava para o abastecimento das famílias:

... os ovos, apanhados pela manhã, davam sua contribuição indispensável ao fazimento de bolos, a ajudar bastante “completando” o jantar. Ninguém comprava ovos em outras casas. Fazer desse modo era demonstrar incapacidade, desleixo de

¹⁷ Cf. CAMPOS. *Ibidem*, 1998. Fortaleza. P. 61-62.

¹⁸ OLÍMPIO, Marise Magalhães. “De dia falta água, de noite falta luz”: trajetórias e experiências dos primeiros moradores do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter (1970 -1982). In: VI Semana de Humanidades: Memória e devir, 2009, Fortaleza. Anais da VI Semana de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará, 27 a 30 de abril de 2009. No artigo, a autora analisa como os moradores do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter, criado em 1970, lidavam com as dificuldades da vida em Fortaleza, criando soluções, muitas vezes, calcadas na solidariedade entre vizinhos, em uma experiência urbana marcada por elementos rurais.

gestão doméstica. No máximo podia tomar por empréstimo um ou até dois ovos à vizinha: “olhe, depois eu pago...” – “Deixe disso, mulher! É de graça...”¹⁹

Acreditamos que Fortaleza, em sua formação urbanística, tem sido mesmo cortejada pela sensibilidade rural, sempre rodeada pelo agrário. A pretensa urbanização da capital dividia espaço com as experiências de cidade pequena, em detrimento dos nomes das ruas valem os seus pontos de referência: mercado, mercearia, praça, quiosque, etc. Todos esses locais são, por excelência, espaços de sociabilidade por meio da venda e do consumo de alimentos.

Assim, ao longo dos anos, a cidade experimenta novas relações de vida e trabalho. Regulamentos são elaborados pelos detentores dos saberes e poderes oficiais com o objetivo de enquadrar hábitos e costumes, transformando o comportamento social. Observa-se, nessa legislação disciplinadora, que a conduta geral desejada pelos grupos dominantes cresce, bem como a busca por melhor caracterizar a paisagem urbanística para Fortaleza.

Nesta moldura, inserem-se as posturas municipais e providências do legislativo com vistas ao interesse direto de regular, fiscalizar e taxar as atividades cotidianas, e, assim como o abastecimento da cidade, as formas de produzir e comercializar os gêneros alimentícios foram, no final do século XIX e início do XX, preocupações de primeira ordem.

Por meio dessa legislação, podemos acessar o modo como os habitantes da cidade relacionavam-se, negociavam suas demandas de consumo de produtos e de espaços na cidade, desejos e necessidades perpassadas pelas imposições dos administradores que, dispendo dos códigos de posturas municipais, preparavam suas ações ordenadoras que pretendiam, por meio da sua oficialidade, ser cumpridas integralmente. Porém, eram, antes, tomadas de modo parcial pela população em geral.

Durante a segunda metade do século XIX, o legislador principia a interessar-se pelas condições locais de abastecimento da povoação, visando a defesa e a ordenação da saúde da comunidade. Não era tolerada, por exemplo, a estagnação das águas, como se vê pela resolução n.º 1162, de 3 de janeiro de 1865 (art. 59), que pretendia desobstruir o Pajeú: “Os moradores da rua do Mercado são obrigados a limpar o riacho que corre pelos quintais de suas casas, quando forem avisados pelo fiscal.”

A 20 de novembro de 1870, é aprovado novo código de posturas para a câmara municipal da Capital, com 87 artigos, em oito capítulos, seguido de regulamento com 2 capítulos e 28 artigos, ato assinado pelo desembargador João Antônio de Araújo Freitas Henriques, presidente da Província. Há um zelo mais acurado, diga-se a tempo, até mesmo

¹⁹ Cf. CAMPOS. *Ibidem*, 1998. P. 62.

pelo aspecto das casas, a começar do que vai expresso no art. 15: “No mez de junho de cada anno todos os proprietários mandarão cair as frentes de suas casas, ainda mesmo coloridas ou guarneçadas. Esta disposição se faz extensiva às casas já existentes, cujas frentes não estiverem de conformidade com as presentes posturas”.²⁰

A respeito do comércio e circulação de vendedores ambulantes de gêneros alimentícios pelas ruas da cidade, sucedem-se taxações como a que incidir sobre as atividades nas praças do Ferreira e José de Alencar na Capital: “40 réis por cuia, bandeja, cesto, tabuleiro ou outro objeto que entrar nas ditas praças com gêneros de qualquer espécie e n’ellas for expostas à venda” além de 20 réis sobre cabeça de gado *vaccum*, cavalari ou muar, que nelas estacionam.

Na resolução n.º 1.162, de 3 de agosto de 1865, da Câmara Municipal de Fortaleza, art. 34: “é pohibido estender-se couros salgados nas ruas, e praças desta cidade, devendo ser estendidos somente na rua da praia. O infractor incorrerá na multa de 8\$000 réis, e o mesmo nas reincidências. Na secção II, dessa resolução (“Dos cortumes, salgadeiras, estabelecimentos de fábrica, depósitos, manufaturas, e tudo que possa alterar a salubridade pública, e encomodar a vizinhança.”), tem-se obtado no artigo 41: “Ninguém poderá estabelecer cortumes, salgadeiras, açougues e fábricas de qualquer natureza, sem previa licença da Câmara”. O art. 42 proíbe o funcionamento de curtumes e salgadeiras para derretê-lo, as quais poderão trabalhar nos quintais das casas de modo que não incomodem a vizinhança.”²¹

A saúde pública é, também, nesse momento, considerada pelas autoridades. Os comerciantes não podem mais manter “armazéns e depósitos de couros cortidos, carne e peixe salgado e outros gêneros que possam infeccionar a atmospha, “pois estes” deverão ser arejados e conservados com limpeza.” A partir dos saberes médicos, já não se admite, por esses dias, o comprometimento do ar que se respira. O art. 47 é bastante explícito a respeito disso, pois: “armazéns e depósitos de couro cortidos, carne e peixe salgados, e outros gêneros, que possam infeccionar a athmosphera, deverão ser arejados e conservados com limpeza.” Esse artigo estava embasado em saberes técnicos que eram elaborados mundo a fora, nesse momento.

Em Fortaleza, tais postulados eram organizados e repassados através do Conselho de Saúde Pública; em uma das poucas transcrições de suas atas disponíveis no Arquivo Público do Ceará, acompanhamos os nomes e os respectivos cargos dos envolvidos nessa empreitada

²⁰ CAMPOS, Eduardo. **Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará**. Fortaleza: Acervo UFC Digital, 1981. P. 45-46.

²¹ APEC- Na resolução n.º 1.162, de 3 de agosto de 1865, da Câmara Municipal de Fortaleza.

em nome da salubridade pública.

Aos 26 dias do mês de janeiro de 1916 no gabinete do em. Sr. Secretário do interior, presentes os senhores doutores Aureliano de Lavor, secretário do interior, Carlos Ribeiro, inspetor de hygiene, José Ribeiro da Frota medico da municipalidade, Manoclitto Moreira da saúde do porto, Thomas Pompeu Filho inspetor veterinário, Eduardo Mamedes, Eliezer Studart da Fonseca e José Campos, sob a presidência do primeiro, teve lugar a reunião do conselho de saúde publica convocado de accordo com os arts 2º, 3º, e 4º do regulamento da lei n.º 7, de 11 de fevereiro de 1892.²²

A reunião foi fruto de uma demanda existente desde a década de 1890 e contava com nomes ilustres, todos dedicados a criar delimitações a serem postas em prática por meio das determinações das autoridades municipais. A pauta da reunião fora formada a partir de solicitações da “Inspeção de Hygiene” do município, outro órgão importante na cadeia de envolvidos com a saúde da população de Fortaleza.

Nesse momento, a preocupação reinante era com as infecções intestinais, bem como com “sua natureza, etiologia e prophylaxia do mal”, ficando assentado que se deve requisitar a Prefeitura Municipal:

- a) Desinfecção diária, rigorosa quanto possível do matadouro público;
- b) A construção de um abrigo com cobertura e água pura para repouso do gado destinado a matança;
- c) Exame sistemático do gado em pé pelo médico veterinário, além do exame da carne e vísceras;
- d) Abatimento de gado destinado ao mercado às 6 horas da tarde;
- e) proibição da venda no mercado depois das 10 horas do dia;
- f) asseio rigoroso dos carros de transporte;
- g) Proibição do abatimento não só do gado *vaccum* como de porcos e carusiros fora do matadouro e das visitas do médico da municipalidade;
- h) Proibição expressa da venda de peixe no chão dos passeios e obrigação dos peixeiros ambulantes de conduzirem uma taboa limpa para o corte;
- e) Proibição da venda de doces, pães e artigos com gêneros em taboleiros ou cestas descobertas, proibição esta extensiva a todos os gêneros alimentícios nas bodegas, mercearias, etc, e que devem ser consumidos sem previa coação.²³

A partir desses postulados, a ação seguinte seria conduzida pela “Inspeção de Hygiene” que deveria retirar de dentro do perímetro urbano todos os estábulos e cocheiras ou cavalariças, “salvo se construídos com todo o rigor higienico”. Proceder a fiscalização ficava a cargo dos fiscais e da própria guarda municipal e efetivava-se assim o acompanhamento cotidiano sobre os gêneros e o pessoal que com eles lidava. Os sujeitos taxados, por sua vez, deveriam deixar o solo e paredes dos locais de produção e comercialização dos alimentos impermeáveis e lavá-los diariamente, removendo a sujeira e desinfetando-os com leite de cal,

²² APEC- Ata do Conselho de Saúde Pública de 26 de janeiro de 1916.

²³ APEC- Ata do Conselho de Saúde Pública de 26 de janeiro de 1916.

creolina ou sulfato de ferro.

Essa fiscalização organizada pela Inspetoria que, por sua vez, havia sido instruída pelo Conselho, deveria ainda proibir a venda de água que não fosse de poço profundo e exigir dos cafés, hotéis, restaurantes e estabelecimentos congêneres o uso exclusivo de água de poço profundo e o fornecimento de água filtrada, à vista do público, em filtros aprovados pela Inspetoria. Ainda, dentro das preocupações com a qualidade das águas utilizadas na cidade, previa-se que a fabricação de gelo deveria ser feita com água de poço profundo e todas as habitações coletivas como colégios, por exemplo, teriam que usar os filtros aprovados ou o uso exclusivo d'água fervida.

As multas eram extremamente usuais em um nível cotidiano, parte das receitas do município advinha dessa atividade reguladora. As ações, no entanto, não se resumiam a cobrança financeira, também eram emitidos conselhos e delimitações prévias por meio da ação de agentes e da divulgação na imprensa local.

Todas essas iniciativas de fiscalização expostas até aqui, no entanto, não eram recebidas sem discussão ou, simplesmente, postas em prática exemplarmente. Na mesma Ata do Conselho analisada aqui, acompanhamos, por exemplo, uma das vias de negociação com as ordens estabelecidas. Trata-se de um recurso impetrado contra uma multa de 50\$000 que fora imposta pelo “Inspector de hygiene”. A infração referia-se ao aluguel de uma casa sem a devida visita sanitária.

O infrator fugiu a regra da inspeção prévia, sendo multado em seguida. O caminho de recusa escolhido por ele foi a petição oficial para a retirada da multa. Desta vez, no entanto, as vias legais não surtiram o efeito desejado. O recurso enviado ao conselho foi rejeitado por unanimidade. Se a multa foi paga devidamente, não sabemos. Acreditamos que boa parte dos infratores desacreditavam os saberes formulados por órgãos distantes da realidade cotidiana da cidade. Um conselho formado por ilustres do Estado saberiam apreciar os saberes passados de geração a geração? Além disso, a inviabilidade financeira de seguir as determinações dos chamados órgãos competentes era patente.²⁴

Como observamos, até agora, não faltaram, no seio urbano de Fortaleza, sujeitos ligados à lavoura e à criação, atividades que se desenvolveram junto ao movimento crescente de criação de códigos de posturas municipais surgidas desde o início do século XIX. Reutilizando artigos antigos ou modelando novos parâmetros, os códigos e seus elaboradores tentavam organizar não só o uso do solo e das águas, mas a comercialização desses gêneros pela cidade, delimitando a ação de seus vendedores.

²⁴ APEC- Ata do Conselho de Saúde Pública de 26 de janeiro de 1916.

Tratando de uma pesquisa marcada pela análise de diversos fragmentos dispersos, nos parece bastante útil apresentar, como feito até aqui, uma vista do conjunto. A cidade que crescia e organizava seu núcleo urbano, vivia e desenvolvia-se também sob influência do mundo agrário, experimentado através da mescla de sensações de sua antiga paisagem campestre e do seu crescente perfil urbano.

Todos os meandros apresentados até aqui eram parte do cotidiano citadino. O descontentamento geral e as pressões populares diante das dificuldades advindas dos problemas de abastecimento, as dificuldades da produção local de gêneros ou as taxações e determinações por parte das autoridades administrativas apontaram para a necessidade de criação de soluções e argumentos baseados na “técnica”, tanto para os problemas do abastecimento, quanto para a criação de delimitações de conduta e justificação de taxas.

A interrogação sobre as operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina, busca tornar tratáveis as práticas cotidianas destes e colocá-las em contato direto e articulado com as atividades sociais e não só como seu pano de fundo. As questões levantadas aqui se referiram aos modos de operação ou esquemas de ação e, como aponta Certeau: “não diretamente ao sujeito, que é o seu autor ou seu veículo”.²⁵

Por meio da investigação acerca do comportamento da sociedade cearense no que se refere à produção e ao abastecimento de alimentos no período tratado, temos conseguido demarcar alguns usos desses objetos. Essas “maneiras de fazer”, tratadas aqui, constituem um conjunto variado de práticas pelas quais usuários se reapropriaram do espaço organizado pelas técnicas. Para Certeau,

...elas colocam questões análogas e contrárias as questões colocadas por Foucault: análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre o “detalhe” do cotidiano; contrária, por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática, dos grupos ou indivíduos presos agora nas redes da “vigilância”.²⁶

No quadro de intervenção do Estado, primamos por mostrar a existência de caminhos profícuos para comportamentos e organizações sociais diversas, diferentes das almejadas pelas elites. A população, em geral, não assistiu passiva à mudança, mas construiu usos criativos dos espaços oficiais e mesmo das ruas da cidade. Os trabalhadores envolvidos na dinâmica da produção e do comércio de alimentos colaboram para isso.

²⁵ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 38.

²⁶ *Ibidem*, p. 41.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Eduardo. **Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará**. Fortaleza: Acervo UFC Digital, 1981.

_____. **A Fortaleza Provincial**. Fortaleza: 1988.

_____. **O inquilino do Passado. Memória urbana e artigos de afeição**. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1998. Coleção Alagadiço Novo.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FICO, Carlos. **Cidade Capital. Abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro (1890-1945)**. Dissertação de Mestrado, em História, apresentada na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1989.

HAHNER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1970**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

LINHARES, Maria Yedda Leite & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História política do abastecimento (1918-1974)**. Brasília: Binagri. 1979.

OLÍMPIO, Marise Magalhães. **“De dia falta água, de noite falta luz”: trajetórias e experiências dos primeiros moradores do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter (1970 -1982)**. In: VI Semana de Humanidades: Memória e devir, 2009, Fortaleza. Anais da VI Semana de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará, 27 a 30 de abril de 2009.

VITORINO, José Renda. **Cercamento à brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na corte das décadas de 1850 a 1880**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2002. P. 72-73.